

## NOTAS E INFORMAÇÕES

## Tentações salvadorenhas



**A repressão ao crime de Bukele está sendo conduzida sob um falso dilema entre segurança e liberdade**

**C**orroborando os índices de aprovação de 80% a 90% do presidente de El Salvador, Nayib Bukele, as urnas devem lhe conferir um segundo mandato com a mesma proporção de votos. Seu partido deve conqui-

tar uma maioria esmagadora no Parlamento.

A popularidade de Bukele reflete o desespero dos salvadorenhas. A percepção é de que estavam sequestrados pelo crime organizado e que Bukele os libertou. Quando foi eleito, em 2018, o país era um dos mais violentos do mundo, com uma taxa de homicídios de 51 por 100 mil habitantes. Hoje ela se equipara à dos EUA.

Mas essa trajetória foi construída como uma resposta a um dilema perigosamente falso entre a segurança e as liberdades civis e políticas, como se a única solução para a primeira fosse sacrificar as últimas.

Constituições democráticas preveem estados de “emergência” para calamidades públicas, e dificilmente há calamidade maior que a dizimação da população por criminosos. Em 2016, a ONU calculou que os custos da violência no país consumiam 16% do PIB. Em 2022, Bukele declarou um “estado de exceção” que permitiu à polícia promover encarceramentos em massa com base em “evidências” como tatuagens e denúncias anônimas. Hoje o país tem a maior taxa de encarceramento do mundo.

Até então o suposto dilema entre Estado de Direito e segurança não havia sido testado no país, porque não havia nem o primeiro nem a segunda. O Estado paralelo do crime tornava letra morta os direitos dos salvadorenhas.

Após a terapia de choque, um líder republicano aproveitaria a pacificação e sua popularidade para construir as condições para que um Estado de Direito que só

existia *de jure* passasse a existir *de facto*. Isso começaria por garantir um julgamento justo aos encarcerados. Mas nada indica que Bukele buscará isso. O “estado de exceção”, que deveria durar 30 dias, já foi reeditado 22 vezes. Inocentes padecem das condições duríssimas das prisões, à mercê do recrutamento das facções.

Além disso, o combate ao crime serviu de pretexto para eliminar freios e contrapesos. Bukele tem distribuído generosos benefícios às forças de segurança para garantir sua lealdade, intimidado opositores com elas, aparelhado o Judiciário e o Ministério Público e manipulado a legislação eleitoral. Sua reeleição, vetada pela Constituição, só foi possível com uma manobra casuística dos juizes instalados por ele na Suprema Corte.

Para os políticos que respeitam o Estado de Direito há uma advertência: é preciso levar a criminalidade a sério, sob o risco de serem atropelados por demagogos autoritários. Os salvadorenhas deveriam despertar para os perigos de sua barganha. Nenhum combate à criminalidade é sustentável sem o fortalecimento do Estado de Direito. Em meados dos anos 2000, El Salvador já havia tentado as políticas de “mano dura” e “superdura”, só para testemunhar o refluxo mais brutal do crime. Com um Estado de Direito meramente formal e uma insegurança real, eles aquiesceram sacrificar temporariamente suas liberdades em nome da segurança. Mas há a possibilidade de que no futuro se vejam permanentemente tolhidos de ambas. ●

## Eleições americanas

## Tribunal de apelações rejeita imunidade presidencial de Trump

**Sentença significa que ex-presidente pode ser processado por tentar anular eleição de 2020; decisão final será da Suprema Corte**

WASHINGTON

O Tribunal de Apelações do Distrito de Columbia rejeitou ontem a alegação do ex-presidente Donald Trump de que ele teria imunidade contra acusações de conspiração, decidindo que o republicano pode ser julgado por tentar subverter o resultado das eleições de 2020. Apesar do revés, o ex-presidente prometeu recorrer à Suprema Corte.

“Se a imunidade não for concedida, todo futuro presidente dos EUA que deixar o cargo será imediatamente processado pelo partido de oposição”, disse Steven Cheung, porta-voz de Trump, depois que o tribunal publicou sua decisão.

Ainda assim, a sentença de 57 páginas marca uma jurisprudência importante ao responder a uma questão que nunca havia sido abordada: ex-presidentes podem escapar de serem responsabilizados criminalmente por decisões tomadas no cargo?

Aliados de Trump reconhecem que a estratégia do ex-presidente é postergar ao máximo

os julgamentos, apostando em uma vitória na eleição presidencial de novembro. De volta à Casa Branca, Trump poderia usar o perdão presidencial em seu favor ou mandar o Departamento de Justiça engavetar os processos.

**ARGUMENTO.** A parte central da tese legal da defesa de Trump é de que ex-presidentes estão protegidos contra processos legais se não há, primeiramente, impeachment seguido de condenação pelo Congresso. No entanto, por unanimidade, três juízes afirmaram que, apesar dos privilégios do cargo, Trump estava sujeito à lei criminal federal como qualquer outro americano.

**Processo**  
**Sentença pode afetar os prazos de outros três julgamentos enfrentados por Donald Trump**

“Para os fins deste processo criminal, o ex-presidente se tornou o ‘cidadão Trump’, com todas as prerrogativas de qualquer outro réu”, escreveu o painel. “Qualquer imunidade de executiva que possa tê-lo protegido enquanto ele servia como presidente não o protege mais contra essa acusação.”

A decisão foi tomada quase um mês depois dos argumen-

tos feitos pela equipe jurídica de Trump e dos advogados que trabalham para o promotor Jack Smith. A sentença de ontem limita a capacidade da defesa de usar outros recursos sobre imunidade para ganhar tempo.

O painel afirmou, por exemplo, que o caso permanece suspenso se Trump recorrer até segunda-feira. Se a questão chegar à Suprema Corte, os juízes decidirão se aceitam o caso ou o rejeitam, permitindo que a decisão do tribunal de apelações permaneça válida.

Se a Suprema Corte rejeitar analisar a questão, o caso será devolvido à juíza do caso, Tanya Chutkan, que adiou na semana passada a data inicial de julgamento, previsto para 4 de março, mas se mostrou disposta a acelerar o processo – que deve ser remarcado para abril ou maio.

O resultado de ontem, porém, também pode afetar os prazos de outros três julgamentos enfrentados por Trump: as acusações por ter escondido documentos confidenciais em sua mansão na Flórida, por ter ocultado um pagamento para comprar o silêncio da ex-atriz pornô Stormy Daniels e por ter tentado subverter o resultado da eleição no Estado da Geórgia. ● **NTT**



Javier Milei em transe no Muro das Lamentações em Jerusalém

## ‘Lei Ônibus’

## Pacote de Milei sofre derrota na Câmara

BUENOS AIRES

A Câmara dos Deputados da Argentina devolveu para as comissões o pacote de reformas de Javier Milei, a “Lei Ônibus”, após impasse na discussão sobre privatizações. Ontem, eles deveriam votar individualmente cada um dos mais de 380 artigos, após a aprovação do texto-base, na semana passada. Sem acordo, o presidente da Casa, Martín Menem, anunciou a volta do projeto para a fase de comissões e deu a sessão por encerrada.

Depois de sofrer derrotas na discussão sobre os poderes extraordinários e na reforma do Estado, o bloco governista pediu um intervalo de 15 minutos, antes da votação das privatizações. Um grupo de deputados se reuniu no gabinete de Menem durante a pausa, que se estendeu por mais de 45 minutos, até a decisão de reenviar o projeto para as comissões – uma ideia dos próprios

governistas.

Oscar Zago, líder do Libertad y Avanza, partido de Milei, negou que tenha sido uma derrota e acusou os governadores de não cumprirem o acordo. “Não houve fracasso nas negociações”, disse. Nas redes sociais, o partido publicou um duro recado: “Traição se paga caro”.

A oposição celebrou. “Derrota política do governo e papelão histórico. A lei voltou para as comissões, nunca vi nada assim”, escreveu o deputado peronista Leandro Santoro.

**LAMENTAÇÃO.** Enquanto era derrotado em Buenos Aires, Milei seguia sua agenda oficial em Jerusalém. Ontem, ele visitou o Muro das Lamentações, passou vários minutos com a testa tocando as pedras, os braços estendidos e saiu visivelmente emocionado. Após a visita, ele prometeu tirar a embaixada argentina de Tel-Aviv e instalá-la em Jerusalém, que Israel considera sua capital. ●

EFE